



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (PP) N. 99-41.2013.6.24.0000 – PEDIDO DE INSERÇÕES EM ÂMBITO ESTADUAL – RÁDIO E TELEVISÃO – (2014) – DEM

DECISÃO

1. O Democratas (DEM) de Santa Catarina, com fundamento na Lei n. 9.096/1995 e na Resolução TSE n. 20.034/1997 – alterada pela Resolução TSE n. 22.503/2006 –, requereu a concessão do direito de veicular inserções de propaganda partidária no primeiro semestre do ano de 2014 (fls. 02-03).

Ato contínuo, a Seção de Partidos Políticos (SPP) deste Tribunal informou que parte das datas requeridas já estavam preenchidas por pedidos precedentes com prioridade por ordem de protocolização, motivo pelo qual foi necessário fazer a adequação do pedido (fl. 40).

Posteriormente, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo deferimento do pedido (fls. 35-36).

Intimada para regular o feito em virtude da ausência de certidão comprobatória do funcionamento parlamentar (fls. 37-38), a agremiação trouxe aos autos a documentação requerida (fls. 42-43).

Com nova vista dos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral manteve o posicionamento pelo deferimento (fls. 44-45).

Era o que tinha a relatar.

2. Compulsando os autos, infere-se que o requerimento foi protocolizado tempestivamente e formulado por representante de órgão partidário devidamente anotado neste Tribunal, motivo pelo qual está em condições de ser analisado.

Convém ressaltar, de início, que o Regimento Interno deste Tribunal faculta ao Relator decidir monocraticamente “*requerimentos para veiculação de inserções de propaganda partidária*” (Resolução TRESA n. 7.847/2011, art. 25, III).

Pois bem, o acesso gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão para veiculação de propaganda partidária é assegurado pelo art. 57 da Lei n. 9.096/1995, que se encontra regulamentado pela Resolução TSE n. 20.034/1997, com a modificação feita pela Resolução TSE n. 22.503/2006, nos seguintes termos:

“Art. 4º Os tribunais regionais eleitorais, apreciando requerimento subscrito por representante legal dos órgãos partidários regionais, autorizarão, nas respectivas circunscrições:

I - a utilização do tempo de vinte minutos por semestre, para inserções de trinta segundos ou um minuto cada, ao partido que tenha funcionamento parlamentar, nos termos do artigo 57, inciso I, nos Estados onde, nas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (PP) N. 99-41.2013.6.24.0000 – PEDIDO DE INSERÇÕES EM ÂMBITO ESTADUAL – RÁDIO E TELEVISÃO – (2014) – DEM

47

assembléias legislativas e nas câmaras dos vereadores, elegeram representante para a respectiva Casa e obtiveram um total de um por cento dos votos apurados na circunscrição, não computados os brancos e os nulos (Lei nº 9.096/95, artigo 57, inciso III, alínea b combinado com inciso I, alínea b)".

O exercício de referida prerrogativa, porém, somente é conferido à agremiação que comprove possuir funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados, o qual se encontra disciplinado pelo inciso I, alínea "a" do art. 57 da Lei n. 9.096/1995, consoante extraio das ementas dos julgados abaixo transcritos, a saber:

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROPAGANDA PARTIDÁRIA. INSERÇÕES REGIONAIS. REITERAÇÃO ARGUMENTOS. ACÓRDÃO REGIONAL EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TSE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. INOVAÇÃO. FUNDAMENTO NÃO AFASTADO.

1. É firme a orientação desta Corte, para fins de propaganda político-partidária, sobre o partido continuar obrigado a comprovar a eleição, para a Câmara dos Deputados, de representante em, no mínimo, cinco estados da Federação e a obtenção de um por cento dos votos apurados no País, não computados os brancos e os nulos (artigo 57, I, a, da Lei nº 9.096/95). Precedente.

[...] (REspe n. 17218-63.2010.6.26.0000, de 14.02.2012, Min. Gilson Dipp – grifei).

"PROPAGANDA PARTIDÁRIA. (PRB). (2011). REDE NACIONAL. INSERÇÃO. RÁDIO. TELEVISÃO. ART. 3º, I, DA RES.-TSE Nº 20.034/97.

1. O partido político atenderá ao disposto na alínea a do inciso I do art. 57 da Lei nº 9.096/95, toda vez que eleger representante em cinco estados e obtiver um por cento dos votos no país, desde que na eleição anterior também tenha eleito representante, não importando em quantos estados ou o percentual de votos obtidos (REspe nº 21.329/SP)" (PP - Propaganda Partidária nº 394710, de 16.12.2010, Min. Marcelo Ribeiro).

Em igual sentido, a firme jurisprudência deste Tribunal: Acórdãos TRESA n. 28.069, de 06.03.2013, e n. 27.961, de 16.01.2013.

No caso, o partido requerente trouxe aos autos certidão da Câmara de Deputados atestando ter eleito, nas eleições de 2010, representantes em 21 (vinte e um) Estados da Federação (fls. 42-43).

Também é possível apurar pelo dados extraídos do *site* do Tribunal Superior Eleitoral que a agremiação obteve quantia superior a um por cento dos votos válidos apurados no referido pleito, pelo que restam atendidos os requisitos



48
9

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (PP) N. 99-41.2013.6.24.0000 – PEDIDO DE INSERÇÕES EM ÂMBITO ESTADUAL – RÁDIO E TELEVISÃO – (2014) – DEM

exigidos para a comprovação do funcionamento parlamentar e, por conseguinte, para o exercício do direito pleiteado.

A propósito, convém ressaltar que caberá ao partido observar as regras procedimentais estabelecidas pela Resolução TSE n. 20.034/1997, no intuito de viabilizar a fruição do tempo de propaganda.

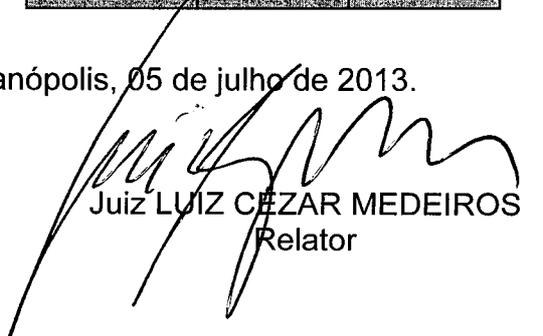
Assim, as inserções deverão ser veiculadas às segundas, quartas e sextas-feiras, cabendo ao próprio requerente levar ao conhecimento das emissoras de rádio e TV indicadas no pedido a decisão que autorizou a veiculação.

Já a produção do material a ser entregue a cada emissora será de exclusiva responsabilidade da agremiação, a qual deverá providenciar a entrega das fitas magnéticas com as gravações, com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas do início da transmissão.

3. Posto isso, defiro o pedido para veiculação, em âmbito estadual, de 20 (vinte) minutos de inserções da propaganda partidária no rádio e na TV, durante o primeiro semestre de 2014, conforme o seguinte cronograma:

1º Semestre		
Data	Quantidade (Inserções 30s)	Tempo
16/4/2014	2	1min
18/4/2014	2	1min
21/4/2014	2	1min
23/4/2014	2	1min
9/5/2014	2	1min
12/5/2014	2	1min
14/5/2014	3	1min 30seg
16/5/2014	3	1min 30seg
19/5/2014	3	1min 30seg
21/5/2014	3	1min 30seg
23/5/2014	4	2min
18/6/2014	4	2min
25/6/2014	4	2min
27/6/2014	4	2min
TOTAL	40	20min

Florianópolis, 05 de julho de 2013.


Juiz LUIZ CÉZAR MEDEIROS
Relator